

***ETHOS* E MEMÓRIA DISCURSIVA**

NO DISCURSO POLÍTICO DE DILMA ROUSSEFF

Ana Regina Seno¹
Jarbas Vargas Nascimento²

RESUMO: Este artigo trata da relação entre *ethos* discursivo e memória discursiva, examinados sob o enfoque da Análise do Discurso de linha francesa, nas abordagens de Maingueneau. Como objeto de análise, privilegia-se aqui o discurso político de Dilma Rousseff proferido durante cerimônia de sanção do projeto de Lei que cria a Comissão Nacional da Verdade, em 18.11.2011, a fim de investigar a influência da noção de memória discursiva na constituição do *ethos* discursivo de voz feminina. Da mesma forma que o interdiscurso, a memória discursiva estabelece ligações com as formações discursivas, trazendo os elementos de outros campos discursivos para a emergência do *ethos* do enunciador e sua caracterização. O estudo sintetiza as observações feitas a respeito do tom discursivo adotado pelo enunciador de voz feminina, entrelaçando as conexões entre passado-presente, por meio de pistas deixadas pela dêixis discursiva, para a constituição de imagem de si na qualidade de enunciador.

Palavras-chave: *Ethos* discursivo. Memória discursiva. Discurso político. Dilma Rousseff.

Abstract: This paper addresses the discursive ethos-discursive memory relationship under the focus of the French-Line Discourse Analysis through Maingueneau's approaches. The analytical object privileged here is Dilma Rousseff's speech during the enforcement ceremony of the National Truth Committee Act in 11/18/2011, in order to assess the influence of the discursive memory notion in the constitution of the female-voice discursive ethos. Likewise the interdiscourse, the discursive memory does link

¹ Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil, anaseno@hotmail.com.

² Pós-doutor na área de Letras, pela UNESP - Campus Assis, Doutor em Letras (Semiótica e Linguística Geral) pela Universidade de São Paulo USP, professor titular do Departamento de Português e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), jvnfl@yahoo.com.br.

discursive formations together, bringing elements of other discursive fields for the emergence of the enunciator's ethos and their characterization. This study synthesizes the observations made about the female-voice enunciator's discursive tone, entangling past and present through leads left by the discursive deixis for the constitution of the image of self as enunciator.

Key-words: Discursive ethos. Discursive memory. Political discourse. Dilma Rousseff.

Resumé: Cet article traite du rapport éthos discursif-mémoire discursive selon l'Analyse du discours par l'approche de Maingueneau. L'objet analytique privilégié ici est le discours de Dilma Rousseff pendant la cérémonie de sanction de la Loi instituant le Comité national de la vérité en 18/11/2011 pour étudier l'influence de la notion de mémoire discursive dans la constitution de l'éthos discursif de voix féminine. Comme l'interdiscours, la mémoire discursive noue des formations discursives en apportant des éléments d'autres champs discursifs pour l'émergence de l'éthos de l'énonciateur et sa caractérisation. Cette étude synthétise les observations sur le ton discursif de l'énonciateur de voix féminine en liant passé et présent d'après des pistes laissées par la deixis discursive pour la constitution de l'image de soi comme énonciateur.

Mots-clés: Éthos discursif. Mémoire discursive. Discours politique. Dilma Rousseff.

Introdução

Este artigo está organizado em quatro partes. A primeira consiste em uma revisão da noção de interdiscurso, conforme postulada por Maingueneau, resgatando as ideias de Foucault sobre formações discursivas (FDs), para estabelecer a relação com o conceito memória discursiva e sua influência sobre a constituição de *ethos* discursivo. A segunda parte detém-se na apresentação da noção de *ethos* discursivo trazida por Maingueneau e como o enunciador constrói a imagem de si no interior da enunciação. A terceira parte propõe-se discutir os diversos tipos de memória discursiva, a interna e a externa, percorrendo alguns elementos organizadores do discurso, tanto internos quanto externos, para caracterizá-la propriamente e para subsidiar a análise realizada na quarta e última parte. A análise enfocou os principais recortes do discurso proferido por Dilma

Rousseff durante a cerimônia de sanção do projeto de Lei que garante o acesso a informações públicas e do projeto de Lei que cria a Comissão Nacional da Verdade, em 18.11.2011.

A noção de formação discursiva (FD) está no cerne da noção de interdiscurso postulada por Maingueneau, que se posiciona a partir de visões diferenciadas trazidas por Foucault e, em seguida, por Pêcheux. Para Foucault (2010 [1969], p. 56), uma formação discursiva pode ser chamada, por convenção, de sistema de dispersão, com certo número de enunciados, caracterizados por tipos de enunciação, conceitos, escolha de temas e que podem ser definidos por uma regularidade: uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações. Uma FD está sujeita a determinadas regras de formação, que são, na prática, as condições de sua existência.

Já Pêcheux (1997, p.147), inspirado em Althusser, relacionou a ideia de *formação social*, de cunho político e ideológico, com a *formação discursiva*. Há relação entre as classes sociais e os posicionamentos políticos e ideológicos feitos pelos indivíduos, que se organizam em formações detentoras de relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. Essas formações ideológicas incluem uma ou várias FDs interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito (FOUCAULT, 2010 [1969]; CHARAUDEAU, 2008). Por exemplo: arenga, sermão, panfleto, exposição, programa, entre outros.

Foucault e Pêcheux apresentam referencial distinto, quando analisam os *corpora*; o primeiro extrai exemplos na história das ciências; já o segundo, da luta política, herança da visão marxista e sociológica de Althusser (MAINGUENEAU, 2007, p.66).

Foucault questiona se os acontecimentos discursivos (2011 [1970], p. 58) devem ser tratados como séries homogêneas, mas descontínuas umas em relação às outras, pois entende que essa descontinuidade rompe o instante e dispersa o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções possíveis. O efeito do acontecimento, sua relação com a história e as FDs que o caracterizam nos permitem desvelar o *ethos* discursivo em meio a essas dispersões e descontinuidades dos discursos existentes.

As FDs guardam estreita ligação com a *memória discursiva* operada pelos produtores de discurso, na medida em que, ao enunciarem, buscam os “arquivos” e “registros” já ditos em outros discursos, armazenando em si os vários conteúdos veiculados socialmente e com valor histórico. Em verdade, qualquer discurso é

dominado pela *memória de outros discursos* (MAINGUENEAU, 2008 [1984], p. 126; 2006, p. 96-97).

Com isso, a estreita relação das FDs com a memória discursiva também o será com interdiscurso, pois ambos são considerados semelhantes para Maingueneau. O interdiscurso indica o lugar social dos enunciados e dos enunciadores dentro do campo discursivo, sendo considerado lugar de troca entre os discursos. Tal lugar perfaz uma trama ou espécie de rede, que marca o posicionamento discursivo, elemento central no entendimento não só das FDs, mas principalmente da noção de interdiscurso.

Assim, Maingueneau (2006, p. 286) postula o primado do interdiscurso como o conjunto das unidades discursivas que pertencem a discursos anteriores do mesmo campo discursivo, de discursos contemporâneos de outros campos, entre outros, com os quais um discurso particular entra em relação implícita ou explícita. Essa inter-relação de discursos diferentes ou do mesmo campo discursivo também ocorre, portanto, no discurso político, o que nos possibilita destacar e analisar o surgimento de novos efeitos de sentido pelo atravessamento de diferentes FDs.

Maingueneau propõe considerar a presença do **Outro** no discurso do **Mesmo**, no qual o **Outro** não representa uma entidade externa ou uma citação ou, ainda, um fragmento localizável, mas sua relação com a FD a que pertence. O autor pressupõe uma relação dialógica entre o **Outro** e o **Mesmo**, que se estabelece entre os enunciados de um e de outro, constituindo diversidade de discursos, pois aquilo que o **Outro** diz interfere e contribui com aquilo que o **Mesmo** quer dizer e diz. Tais relações produzem heterogeneidade e compõem um universo intrincado de possibilidades de enunciados, mostrando, no discurso produzido por qualquer enunciador, o aspecto de alteridade sempre presente.

Essa *heterogeneidade constitutiva* dos discursos, tomada de Authier-Revuz (1984) e que se apoia na perspectiva de Bakhtin sobre o *princípio dialógico*, implica a ideia de que *os discursos se entrecruzam em todos os sentidos e multiplicam-se indefinidamente em várias dimensões*. Daí a proposição de Maingueneau (2008, p.25-26) do primado do interdiscurso, na qual apresenta uma formulação para delimitar esses diversos campos de entrecruzamento e contribuir metodologicamente para a AD.

Em uma perspectiva histórica, importa considerar, na análise, a correspondência do campo discursivo com o local de onde fala e de onde está posicionado o enunciador, sendo este aspecto produtor de efeito, a partir do poder vigente. A identidade social é, na verdade, mutável, pela própria sucessão natural dos fatos históricos, estando sempre

em produção e em processo ininterrupto de construção. Tal condição pode ser extensiva, em certos aspectos, à figura do sujeito enunciador e de sua identidade discursiva, dando um caráter, também maleável, na formação do *ethos* discursivo.

Com base no que antecede, observamos a dificuldade de se moldar uma forma única que caracterize o sujeito enunciador sem considerar sua relação estabelecida com o Outro, nas diversas interações sociais e mesmo discursivas. Para se compreender o sujeito discursivo, importa identificar quais outros discursos são mobilizados dentro da memória discursiva e verificar quais FDs se fazem presentes. Assim, a averiguação da caracterização dessas FDs resultará nos elementos singulares e também socioculturais influenciadores da formação da identidade do sujeito (discursivo e social).

Dentro dessa linha de raciocínio, e trazendo para o foco deste trabalho, as diversas facetas observadas no discurso proferido pela Presidente Dilma, traduzidas pela imagem que cria de si mesma para atender à demanda dos diferentes sujeitos sociais, cidadãos votantes e assim instituídos, seu *ethos* não se corporifica em um único traço de caráter, mas em diversos, em uma pluralidade natural e artificial ao mesmo tempo.

Outros elementos intervenientes nessa análise são o fato de o sujeito social pertencer ao gênero feminino e a estreita relação e influência entre este sujeito sobre o sujeito enunciador, que produz discurso com voz feminina. O sujeito discursivo, o qual nos dispomos a examinar, discursa a partir de um *topos*, de uma cenografia, que influencia nos efeitos de sentido, que decorrem desse discurso e que vão propiciar implicações e repercussões no *ethos* do sujeito enunciador e também na figura do co-enunciador.

A noção de *ethos*

O conceito de *ethos* deriva do idioma Grego, *ηθος*, significando *personagem*. Foi termo utilizado nos estudos da Retórica pelos filósofos gregos, e compunha a trilogia aristotélica: *logos*, *pathos*, *ethos*, funcionando como uma tríade da arte retórica grega, apresentada por Aristóteles (s/d). *Logos* representava a vertente da razão, do raciocínio, da lógica; *pathos* referia-se às paixões, às emoções, à parte relacionada aos sentimentos que influíam na oratória e na retórica do locutor; e *ethos* reunia as características e modos de se expressar que esse locutor impunha ou revelava ao seu auditório, com o objetivo de persuadir e convencer o outro de seu ponto de vista.

Na década de 1950, houve a retomada dos estudos da Retórica, a chamada Nova Retórica, por Perelman e Olbrechts-Tyteca, e o conceito de *ethos* evoluiu. Em seguida, Maingueneau vai propor uma releitura de *ethos*, significando *a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário* (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 220).

A concepção de imagem de si refere-se diretamente à imagem que o enunciador constrói de si mesmo, dentro do discurso, pelo seu modo de se expressar para seu co-enunciador. Este, por sua vez, vai capturar a essência dessa imagem de si do enunciador, traduzida por sua maneira de dizer, responsável pela constituição do *ethos* no discurso. Assim, o *ethos* deve ser entendido como a imagem construída do enunciador dentro do discurso e não se confunde com a imagem do sujeito social, empírico.

Para as análises do discurso escrito, importa também detectar os marcadores e modalizadores ali presentes, pois é por meio da maneira de dizer do enunciador que seu *ethos* é constituído, interage, na cenografia, de modo a obter a adesão de seus co-enunciadores. Desse modo, a imagem de si do enunciador é construída em conjunto com seus co-enunciadores pela própria maneira de dizer escolhida e realizada (MAINGUENEAU, 2004).

Trata-se, portanto, de concepção de *ethos* discursivo, realizada em processo interativo e integrado dentro de uma conjuntura sócio-histórica entre os sujeitos enunciador e co-enunciador, promovendo efeitos de sentido variados e de complexa compreensão.

A percepção dos efeitos de sentido é que permite compreender a noção de corpo e de corporalidade do discurso, quase materialmente, criando uma corporalidade discursiva peculiar, constituinte do *ethos* do enunciador, reverberando na figura do co-enunciador e servindo para validar o que é dito, dentre os diversos estereótipos culturais existentes em qualquer gênero de discurso.

Maingueneau (1997) defende, sob o ponto de vista da AD, que os efeitos expressos no discurso são impostos não pelo sujeito, mas pela FD, e que se impõem ao co-enunciador, ocupando um lugar na enunciação e sendo parte integrante da FD na mesma proporção que as outras dimensões da discursividade. O que é dito e o tom com que é dito são igualmente importantes e inseparáveis.

O autor prossegue em seu raciocínio, esclarecendo que a noção de tom não engloba, em sua totalidade, o *ethos* discursivo, por ser um conceito que está necessariamente associado a um caráter e a uma corporalidade (1997, p. 47). Então,

expande e, ao mesmo tempo, aprofunda a noção de *ethos*. Para o autor, o *caráter* corresponde a este conjunto de traços *psicológicos* que o co-enunciador atribui à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer.

Assim, podemos sintetizar que Maingueneau trabalha com uma concepção encarnada de *ethos*, que engloba não só a dimensão verbal do discurso, mas também aspectos físicos e psíquicos atribuídos ao enunciador pelas representações sociais. Esse enunciador, por meio de um tom, corporifica-se, apresentando sua vocalidade.

Visando ao entendimento da constituição do *ethos*, torna-se relevante considerar e identificar o modo de o enunciador construir sua identidade discursiva, auxiliadora na formação da imagem de si que quer construir. Essa identidade discursiva não se confunde com a identidade social do sujeito enunciador, que, do ponto de vista da história, se constrói na linha do tempo e dos acontecimentos históricos. Assim, considerando o discurso escolhido para análise, podemos dizer que a identidade discursiva está relacionada ao sujeito enunciador desse discurso, enquanto que a identidade social está relacionada ao papel ou função social (por exemplo: presidente) exercida por esse sujeito.

A noção de memória discursiva

Há vários significados e contextos no uso da palavra *memória*. Na perspectiva histórica, o conceito de memória remete à ideia de acúmulo de fatos históricos, assim como o registro de locais, conteúdos e ações realizadas pelos personagens da História. Na abordagem linguística, em primeira instância, temos a memória intratextual (MAINGUENEAU, 2006, p. 96), referente à remissão de um enunciado a outro precedente, cujo conteúdo é construído progressivamente pelas retomadas do já dito anteriormente.

Na AD, o discurso compõe-se de um conjunto de enunciados que não são associados, na análise, a contextos, mas às condições de produção desse discurso. Esse conjunto de enunciados pertence a uma espécie de cadeia de ideias ou de um *arquivo linguístico* que são retomados ou lembrados no processo discursivo, integrando memória discursiva específica para cada FD.

Nas inter-relações discursivas (interdiscurso), observamos correspondência entre a ideia de memória discursiva e o conceito de FD, pois essas relações discursivas

interconectam espaços de memória diferenciados, conforme acenamos na Introdução deste artigo.

A esses espaços de memória, Maingueneau classifica como memória externa e memória interna em relação ao que é dito. Possenti (2009, p. 364) acrescenta que a memória discursiva deriva das relações internas entre os elementos do discurso, responsáveis por sua *coesão*. Tais elementos são relidos como intradiscurso ou como forma de linearização de um discurso e como efeito do interdiscurso, na medida em que o que se retoma não é apenas o que deve ter sido dito antes, no mesmo texto, mas o que pode ter sido dito em outros textos pertencentes ao mesmo arquivo.

A memória interna ou intratextual está voltada para os enunciados do próprio discurso, nos processos de remissão ou de referenciação de um enunciado a outro precedente, pelos marcadores e conectores discursivos, cujo conteúdo é construído progressivamente pelas retomadas do que foi dito anteriormente. Por sua vez, a memória externa é construída, na medida em que se coloca na filiação de FDs anteriores e faz relação com outros campos discursivos. Tem-se aí, portanto, o espaço do interdiscurso.

Por essa perspectiva, nesse discurso escolhido para análise, o enunciador seleciona elementos constituintes dessa dupla memória, visando ao entrecruzamento da memória externa e da memória interna para obtenção dos efeitos de sentido e dar significados aos enunciados.

A interação entre *ethos* e memória discursiva

No discurso escolhido, a cena de comunicação está situada no Palácio do Planalto (*topos*), em Brasília-DF, ocorrida em 18 de novembro de 2011, às 13h35min (*chronos*). Trata-se da cerimônia de sanção do projeto de lei que garante o acesso a informações públicas e do projeto de lei que cria a Comissão Nacional da Verdade.

Um ato político dessa natureza, de sancionar uma lei para investigar fatos e acontecimentos da história política brasileira, faz, invariavelmente, a evocação de *fantasmas* do passado, de uma época vivida com marcas dos *anos de arbítrio*, conforme a própria Presidente descreve.

Diante dessas condições sócio-históricas, propomos examinar as relações do interdiscurso/memória discursiva e suas marcas constituintes. A abordagem pretende recortar os elementos sócio-históricos referidos, que ligam o presente ao passado e ao

mesmo tempo evocam as reminiscências, por vezes desconhecidas das gerações novas de brasileiros.

Orienta-nos, para a análise desse discurso, a afirmação de Michel de Certeau (*apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 34), cujo teor faz a defesa de que *um discurso não é delimitado à maneira de um terreno, nem é desmontado como uma máquina. Constitui-se em signo de alguma coisa, para alguém, em um contexto de signos e de experiências*. O que nos interessa aqui é o conjunto dessas experiências, observadas não só na história pessoal do sujeito social / empírico, mas também na construção da maneira de dizer do enunciador sobre tais fatos pretéritos, trazendo ao co-enunciador marcas de realidades adjacentes e subjacentes ao discurso.

Essas marcas apresentam caráter de dualidade quanto às realidades mostradas e são asseguradas pela presença de vários enunciadores, que se sobrepõem com o propósito de se fazerem importantes e valorizados perante o co-enunciador, que pertence a grupos de gerações diferentes. A estratégia básica é unir elementos discursivos aos fatos históricos para conquistar a adesão de variados perfis de co-enunciador.

Os enunciadores são: o enunciador presidente, na função de chefe de nação [*Este 18 de novembro de 2011 é uma data histórica para o Brasil. É o dia em que comemoramos – e partir de agora iremos comemorar – a transparência e celebrar a verdade.*]; a cidadã Dilma Rousseff como sujeito empírico [*Por isso, é grande meu orgulho, ao sancionar essas duas leis.*]; a mulher política [*A Lei de Acesso à Informação corresponde plenamente ao nosso compromisso com a transparência de todos os órgãos públicos*].

O levantamento de alguns fatos do passado, centrado na época da ditadura militar, ganha novo significado conforme é enunciado, ultrapassando a realidade histórica referida, ao constituir nova realidade, dessa vez discursiva. Entremeia o já dito com o dizer da realidade presente. Tal posição enunciativa gera a sobreposição dos espaços discursivos, criando condição interna discursiva facilitadora da construção de imagem de si de enunciador *preocupado com a verdade*.

Para preparar terreno favorável à adesão consensual dos co-enunciadores com posições políticas diferenciadas sobre o assunto, a estratégia inicial do enunciador foi criar tom amistoso e respeitoso para com os co-enunciadores ali presentes.

Para tanto, faz extenso uso das modalidades alocutárias, nomeando e cumprimentando individualmente os co-enunciadores, na abertura do discurso, indo

além do ritual protocolar dos discursos políticos e diplomáticos, pois nomeia desde as autoridades políticas e civis até os jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos, fato incomum e não observado em outros discursos proferidos pela presidente. Com tal comportamento (relacionado ao *ethos*), o enunciador revela, em primeiro lugar, a intenção de obter o maior número de adesões, de diferentes áreas da política nacional e da sociedade civil perante um assunto controverso; e, em segundo, o enunciador chama a atenção para si, como uma forma de revelar seu *ethos*, para evidenciar o que vai enunciar e anunciar mais adiante:

Queria cumprimentar as senhoras e os senhores ministros de Estado aqui presentes. Cumprimentando a ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil; o ministro José Eduardo Cardozo, da Justiça; o ministro da Defesa, embaixador Celso Amorim; a ministra Maria do Rosário, dos Direitos Humanos; saúdo a todos os ministros aqui presentes.

Queria cumprimentar também os senhores comandantes das Forças Armadas: Julio Soares de Moura Neto, da Marinha; Enzo Martins Peri, do Exército; Juniti Saito, da Aeronáutica; José Carlos De Nardi, chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Queria cumprimentar os senhores senadores Pedro Simon e Pedro Taques, aqui presentes,

Cumprimentar as senhoras e os senhores deputados federais aqui presentes: Reginaldo Lopes, Dalva Figueiredo, Luciana Santos, Érika Kokay, Edinho Araújo, Marina Santanna, Emiliano José, Alessandro Molon, Luiz Couto, Romanna Remor, Valmir Assunção e José de Filippi,

Queria cumprimentar o ex-ministro da Comunicação Social Franklin Martins,

Os senhores ex-ministros da Secretaria de Direitos Humanos Mário Mamede, Nilmário Miranda,

Queria cumprimentar também o ex-ministro Paulo Vannuchi,

Cumprimentar o Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, o Marco Antônio Rodrigues Barbosa,

Cumprimentar o ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, Presidente do Conselho de Ética da Presidência da República,

Cumprimentar também o secretário de Direitos Humanos da Argentina, senhor Eduardo Duhalde, por meio de quem cumprimento as autoridades estrangeiras aqui presentes,

Cumprimentar as senhoras e os senhores que comparecem a este ato,

Os senhores jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos,

Senhoras e senhores,

O enunciador usa de sua imagem de *autoridade*, investida pelo papel e função de representante maior do país, para validar seus propósitos quanto ao teor dos dois projetos de leis ora sancionados. Além disso, o enunciador denota, pelos chamamentos, uma estratégia de sedução, com o intuito de agregar diferentes grupos, áreas, departamentos, ministérios, pessoas, para aderirem ao seu objetivo. Nesse recorte introdutório, a estratégia utilizada pelo sujeito enunciador baseia-se na convicção de que sua imagem age sobre os co-enunciadores.

O tom do discurso remete à instância cidadã, de cunho democrático, colocando a questão do direito à informação e à verdade como um valor inalienável, que sobrepassa quaisquer outros valores. Indiscrimina os co-enunciadores, transformando-os em sujeitos de mesmo valor de identidade, independentemente de suas filiações, crenças e posição social e política:

Essas duas leis tratam de assuntos distintos, mas estão diretamente ligadas uma à outra. São leis que representam um grande avanço institucional e um passo decisivo na consolidação da democracia brasileira. Leis que tornam o Estado brasileiro mais transparente e garantem o acesso à informação e, ao mesmo tempo, o direito à memória e à verdade e, portanto, ao pleno exercício da cidadania.

Esse lugar de enunciação do sujeito – na qualidade de Presidente do Brasil – provoca sentido ambíguo ao seu principal compromisso com a *verdade*. O enunciador como figura chefe da nação se confunde com enunciador-cidadão envolvido diretamente nos fatos históricos, até então obscuros e inabordáveis, ocorridos durante o regime militar. O próprio sujeito social fora uma das *vítimas* de um passado opressor³.

Dois valores são substanciais em seu discurso, quando reforça o desejo de buscar a *transparência* e a *verdade* e, sobretudo, de mostrar essas qualidades em seu ato de promulgação, que lhe confere seu estatuto de enunciador, de *uma demonstração da maturidade da democracia brasileira*, já que com seu anúncio quer colocar *o nosso país num patamar superior, um patamar de subordinação do Estado aos direitos humanos*.

Por isso, ressalta que a data de assinatura dos dois projetos de lei torna-se marco histórico, na mesma escala de proporção como o foram a criação das leis trabalhistas em 1943 e a promulgação da Constituição de 1988.

³ Ver biografia autorizada da Presidente Dilma Rousseff escrita por Ricardo Amaral, “A vida quer é coragem”, pela Ed. Sextante, 2010.

Este 18 de novembro de 2011 é uma data histórica para o Brasil. É o dia em que comemoramos – e a partir de agora iremos comemorar – a transparência e celebrar a verdade.

[...]

Ao longo da história do Brasil, alguns marcos civilizatórios são muito importantes, e eu me refiro, por exemplo, à criação das leis trabalhistas, em [19]43, e à promulgação da Constituição de [19]88, dando dois exemplos de momentos em que a democracia brasileira avançou, juntamente com o direito social.

A estratégia discursiva do enunciador simula apagamento de seu *ego* – aquele envolvido nos acontecimentos históricos da época da ditadura militar – escolhendo argumentos e maneiras de dizer, ao defender a sanção dos dois projetos de leis, utilizando o modo de sobrepairamento, como se fosse guardiã e porta-voz das várias vozes silenciadas naquela época e ao longo da história brasileira. Esse *status* reivindicado para si revela-se no modo de construir as justificativas:

Acredito que, também, a entrada em vigor da lei do acesso à informação e da lei que constitui e cria a Comissão da Verdade são momentos especiais, que ficarão para sempre marcados na história do Brasil, e que colocam o nosso país num patamar superior, um patamar de subordinação do Estado aos direitos humanos.

Com a vigência dessas duas leis, o cidadão ganha mais poder perante o Estado, mais poder de controle e de fiscalização, o que reverterá em benefício para toda a sociedade e no fortalecimento da cidadania.

Vejam a diferença: o Brasil tinha uma lei de sigilo, que impedia que uma parte das informações do Estado se tornasse pública. A partir de hoje, o que era lei de sigilo se transforma em lei de direito ao acesso à informação, e isso é uma transformação muito significativa para a construção do Estado de direito no sentido mais amplo da palavra.

Embora representante supremo do Poder Executivo, coloca-se em posição de igualdade, buscando a harmonia com os demais Poderes (Legislativo e Judiciário), ao enfatizar seu compromisso com a transparência.

A Comissão da Verdade tem grande significado para o Brasil e para os brasileiros. O Congresso Nacional reconheceu isso, pois o projeto que hoje sancionamos foi apoiado por todos os partidos políticos com representação no Legislativo federal. Este apoio suprapartidário mostra que a Comissão significa, fundamentalmente, uma manifestação de respeito e um tributo aos que lutaram pela democracia no Brasil em qualquer época.

O estilo de linguagem adotado pelo enunciador possui caráter proxêmico, na tentativa de estar próximo dos co-enunciadores, o que lhe facilita a manifestação de seu *ethos* de irmandade, fraternidade e solidariedade. Conjuga esses atributos com o da seriedade, outro valor previamente refletido, para expressar um *ethos* de credibilidade, pois joga com o conhecimento de que *ser sério* é importante na figura de um político e, com isso, *garante* a adesão dos co-enunciadores, independentemente de seus posicionamentos políticos, pois, afinal, está prestando um serviço à nação. Ao mesmo tempo, objetiva distender eventual tensão ou ressentimentos existentes entre os personagens históricos da época, seus herdeiros, sejam familiares das vítimas, de um lado, sejam os oficiais militares e representantes da polícia do Estado, de outro.

A estratégia para configurar tal estilo revela-se na escolha de expressões mais coloquiais, centradas na perspectiva do próprio enunciador: *vejam a diferença [...] eu me refiro [...] são momentos especiais [...] mas, a verdade interessa, como eu disse, [...] quero, também, destacar [...]*

Os elementos constitutivos da memória discursiva, lugares habitados pelos enunciadores e suas inter-relações, ajudam a compreender os conteúdos históricos presentes no discurso. Recuperar fatos históricos, movimento feito pelo próprio enunciador, para compor a cenografia, amplia a busca pelos sentidos daquilo que é dito, tornando possível relacioná-los com os conhecimentos de mundo e mesmo à própria *realidade* discursiva. As menções de fatos dessa realidade histórica estão presentes nos seguintes recortes:

Ao longo da história do Brasil, alguns marcos civilizatórios são muito importantes, e eu me refiro, por exemplo, à criação das leis trabalhistas, em [19]43, e à promulgação da Constituição de [19]88, dando dois exemplos de momentos em que a democracia brasileira avançou, juntamente com o direito social.

[...]

Isso lançará luzes sobre períodos da nossa história que a sociedade precisa e deve conhecer. São momentos difíceis que foram contados até hoje, ou, melhor dizendo, foram contados durante os acontecimentos sob um regime de censura, arbítrio e repressão, quando a própria liberdade de pensamento era proibida.

[...]

É fundamental que a população, sobretudo os jovens e as gerações futuras, conheçam nosso passado, principalmente o passado recente, quando muitas pessoas foram presas, foram torturadas e foram mortas.

[...]

Depois de passarem por períodos ditatoriais, vários países da América Latina tiveram suas comissões da verdade com nomes diferentes, com

formas de atuação distintas. Houve experiências no Chile, na Argentina, no Peru, na África do Sul. Cada país fez do seu jeito e fez a seu tempo, segundo as suas próprias circunstâncias e sua própria história. O Brasil está fazendo agora. Este é o nosso momento histórico, esta é a nossa hora.

Conforme afirma Maingueneau (1997, p. 34), referindo-se à cenografia, *é preciso admitir que a “encenação” não é uma máscara do “real”, mas uma de suas formas, estando o real investido pelo discurso*. Nos recortes escolhidos, é possível destacar os elementos que compõem esse *real* e o modo como é percebido pelo enunciador.

A situação de comunicação, instalada no Palácio do Planalto, em Brasília, com a presença de autoridades políticas, civis e cidadãs, bem como a constatação da ausência de outras (já falecidas), revela a pluralidade dos envolvidos no processo que, necessariamente, passava pelo acordo entre diferentes posições.

O enunciador discursiva, identificando-se com pelo menos duas realidades: uma, a realidade do mundo atual, em que Dilma Rousseff foi eleita chefe da nação brasileira pela maioria dos votos, em pleito democrático de eleições diretas; e outra realidade pretérita, pertencente ao passado histórico-político do Brasil, incluindo seu próprio passado pessoal de militante política na juventude e de outros brasileiros de sua geração. Essas duas realidades entrecruzadas, na interação passado-presente, empírico-enunciativo, estão permeadas pela realidade discursiva, fazendo emergir os elementos constituintes da memória discursiva.

Para ilustrar esse assunto, destacamos alguns recortes em que aparecem componentes dessas realidades expressos pelos dois tipos de memórias (interna e externa), apontando para o nível de adesão de seus co-enunciadores quanto ao fato central, motivador da cenografia instalada:

Memória interna:

Quero, também, destacar uma grande conquista que a nova Lei de Acesso à Informação Pública nos proporciona.

[...]

Mas, a verdade interessa, como eu disse, muito, às novas gerações que tiveram a oportunidade de nascer e viver sob regime democrático.
[grifos nossos]

Memória externa:

Eu sou testemunha da incansável determinação do ex-ministro Franklin em relação a todos os desafios e dificuldades que era elaborar, conceber e construir através de um processo que, necessariamente, passava pelo acordo entre diferentes posições.

[...]

Ao longo da história do Brasil, alguns marcos civilizatórios são muito importantes, e eu me refiro, por exemplo, à criação das leis trabalhistas, em [19]43, e à promulgação da Constituição de [19]88, dando dois exemplos de momentos em que a democracia brasileira avançou, juntamente com o direito social.

[...]

Informações Públicas e a Lei que institui a Comissão da Verdade se somam ao esforço e dedicação de gerações de brasileiros e de brasileiras que lutaram e lutarão...

[...]

... gerações de brasileiros que morreram e que, hoje, nós homenageamos... [grifos nossos]

O sujeito enunciador se apropria de ideias, fatos e argumentos e organiza os elementos discursivos, entrelaçando memória externa com memória interna. Ao estabelecer essas relações interdiscursivas, fazendo essas escolhas e procedimentos discursivos, deixa transparecer sua subjetividade no discurso, revelando seus valores, expressando seu *ethos* de identidade social, ao defender o ideal de democracia e de liberdade de expressão, além do valor atribuído àqueles que lutaram por esses ideais.

Courtine (1981, p. 52) também considera a noção de memória discursiva relacionada às de FDs, destacando que toda enunciação possui em seu *domínio associado* outras enunciações, que se repetem, refutam, transformam, negam, produzindo efeitos de memória específicos. Para a AD, importam as questões da duração e da pluralidade dos tempos históricos no uso do conceito de FD.

Um mesmo acontecimento discursivo pode ter duração no tempo histórico de modo breve ou longo, dependendo do olhar de quem observa. Para um historiador, a tendência é examinar o fato conforme os efeitos provocados ao longo do tempo, importando a duração no tempo para o ponto histórico. Já em uma situação cotidiana, um acontecimento tende a ter duração curta para o olhar do cronista ou jornalista, por exemplo.

Além do aspecto temporal, Courtine (2009), em seu estudo mais recente sobre a intericonicidade, afirma que a memória discursiva é sempre necessária para a interpretação e a compreensão de qualquer texto ou discurso, podendo assumir um corpo (ícone), na forma de imagem visual ou mesmo de imagem imaginada. A ligação referencial entre a memória discursiva e o texto ou o ícone é constante.

No contexto político, a memória é um tipo de poder em que os partidos se organizam para assegurar seu futuro pela evocação de seu passado, pois é nela que se concretiza a possibilidade de expressão e o direito à fala, além de condicionar a existência do partido que precisa se inscrever em uma genealogia e relembrar uma filiação capaz de sustentar uma legitimidade (COURTINE, 2006).

A escolha de sancionar esses dois projetos de lei com esses conteúdos reflete a afiliação partidária do enunciador, no desempenho do papel de Presidente. Porém, sinalizando posicionamento identificado com o grupo de esquerda, refletindo a vida pessoal do sujeito social.

O sujeito enunciador lança mão de um *ethos* de legitimidade para tornar público o acesso às informações anteriormente sigilosas e ajuda a *passar a limpo* os fatos históricos do período investigado, por meio do poder investido e legitimado pelo voto popular.

Examinar o fato histórico e social, acontecido no mundo real exterior ao discurso e relacioná-lo com a realidade discursiva, aquela construída e referida ao dito anteriormente, ao já vivido em passado de outras décadas, permite ao analista compreender os vários sentidos contidos no modo de dizer do enunciador. Buscar essa realidade discursiva confirma a reflexão de Maingueneau (1997, p.60) de que o sujeito se inscreve de maneira indissociável em processos de organização social e textual, implicando determinada FD contendo, por vezes, diversas categorias intrínsecas. Afinal, a realidade discursiva de qualquer enunciação, para existir, depende de sujeitos sociais e de sujeitos enunciadorees, construindo as diversas FDs acumuladas historicamente.

Assim, no caso desse discurso da presidente brasileira, selecionado para este artigo, a cenografia resulta da confluência dos fatos oriundos de dois caminhos: aquele percorrido pelo sujeito enunciador, o *eu* do discurso, representado e legitimado pela autoridade política investida desse enunciador, e aquele trilhado pelo sujeito de identidade social, a cidadã Dilma Rousseff eleita chefe de nação, cujos fatos vão ser (re)construídos ou recuperados no próprio discurso.

O *ethos* discursivo é construído mediante a conjugação desses dois polos, um legitimando o outro, pelo eco ressoando entre eles, o que ajuda a validar o conceito de *verdade* nos co-enunciadores: alguns deles sendo até mesmo testemunhas dessa *verdade*; outros, não participantes daquele momento histórico, são chamados a participar ou a questionar essa mesma *verdade* e, ainda, outros, com interpretações diferentes desses mesmos fatos, vão duvidar dessa *verdade* a ser apurada.

Mais uma vez, o enunciador usa a estratégia de pressupor que o co-enunciador é bem informado e detém o conhecimento de que seu passado pessoal foi o mesmo de um daqueles cidadãos *silenciados* pelo regime militar. Tal estratégia *engrandece* seu *ethos*, principalmente pelo fato de ter sido um *sobrevivente* de *um regime de censura, arbítrio e repressão, quando a própria liberdade de pensamento era proibida*.

O discurso analisado ao ser enunciado vai construindo a imagem do enunciador como um sujeito que sabe do que fala, com o aval dos co-enunciadores: *o conhecimento, a informação e a verdade são, nós todos sabemos, indispensáveis para o exercício pleno da cidadania*. Ao deixar marcas de sua experiência quanto aos fatos político-sociais relativos à História do Brasil, quer lançar *luzes sobre períodos da nossa história que a sociedade precisa e deve conhecer*. Antecipa-se às possíveis demandas dos co-enunciadores, sejam de dúvidas, de elogios ou de protesto, discorrendo, de modo seguro e firme, dirigindo-se várias vezes aos jovens e às gerações futuras, justificando a promulgação dos dois projetos de lei para que esses jovens

conheçam nosso passado, principalmente o passado recente, quando muitas pessoas foram presas, foram torturadas e foram mortas. A verdade sobre nosso passado é fundamental para que aqueles fatos que mancharam nossa história nunca mais voltem a acontecer.

[...]

Mas, a verdade interessa, como eu disse, muito, às novas gerações que tiveram a oportunidade de nascer e viver sob regime democrático. Interessa, sobretudo, aos jovens que hoje têm o direito à liberdade e devem saber que essa liberdade é preciosa e que, muitos, por ela lutaram e pereceram. As gerações brasileiras se encontram hoje em torno da verdade. O Brasil inteiro se encontra, enfim, consigo mesmo sem revanchismo, mas sem a cumplicidade do silêncio.

Esse modo de dizer do enunciador delinea a FD à qual seu discurso se afilia, criando relações estreitas com os co-enunciadores, tomados como representação do conjunto de brasileiros. Ao trazer informações variadas para o presente, sobre os indivíduos que compuseram essa sociedade no passado, o enunciador busca, hoje, a adesão, *em algum grau de envolvimento, a esses modos de olhar e dizer sobre as realidades vivenciadas* (MAINGUENEAU, 1997, p.62).

Os discursos se interpenetram, dificultando a identificação do limite entre um campo discursivo e outro, havendo, entretanto, a predominância do campo discursivo político, devido ao lugar social ocupado pelo enunciador. Essa FD é atravessada pela questão do tempo, pelas lembranças de algo do passado que são fatos históricos e que pertencem a outra FD: a da História do Brasil. O enunciador oscila entre uma e outra,

tece considerações sobre a importância de reacender e reabrir essa *caixa de Pandora* dos atos políticos praticados durante a ditadura militar.

Da mesma forma que o enunciador se posiciona nesse lugar confluyente entre os campos discursivos passado-presente, também se posiciona entre uma maneira de dizer característica de constituição de *ethos* discursivo, com o jogo dos efeitos de sentido de visada patêmica (relativa às emoções), ao referir-se a *muitas pessoas [que] foram presas, foram torturadas e foram mortas*. Com isso, mobiliza também emoções referentes ao sofrimento, à dor e à morte.

O anúncio da sanção do projeto de lei possui valor de verdade em função da investidura do cargo de Presidente eleito. Tal *status* outorga ao enunciador a autoridade para sancionar um projeto de lei, configurando-lhe autoridade, podendo fazer tal anúncio com o valor de *verdade*. Existe correlação entre legitimidade e poder instituído outorgado pelo voto das urnas, que lhe confere a autoridade de abrir ou decretar abertura de comissão para apurar a verdade sobre o tempo da ditadura.

Tal ato, revestido e validado pela sua autoridade de chefe de nação, representa a corporalidade discursiva que, por sua vez, legitima sua função conferida pelas instituições socialmente constituídas, atribuindo-lhe o direito para realizá-lo como chefe do Poder Executivo da Federação. A dêixis enunciativa ganha forma a partir da configuração dessa cenografia, vinculada a determinado lugar e a determinado tempo, sendo exigida a presença de um sujeito enunciador autorizado legalmente a dizer determinado discurso e de modo legítimo, da mesma forma, por exemplo, que o juiz de paz tem o direito e a autoridade de dizer o discurso *eu vos declaro marido e mulher*, em determinada cenografia e em determinado tempo, pois o enunciador-juiz pertence àquela cenografia matrimonial.

Diante de tema tão delicado e controverso de investigar sobre as mortes e os desaparecimentos de militantes políticos da década de 1970, o enunciador se posiciona perante a nação, a partir de seu *ethos* de autoridade, e expande seus argumentos fundamentando-se na voz de outrem, um filósofo grego, orador, escritor, advogado e político romano, Cícero (106-43 a. C.), para validar seu propósito de buscar a *verdade*, ao citar de modo direto o seguinte enunciado:

Aliás, há mais de dois mil anos um filósofo disse: “A verdade se corrompe tanto com a mentira quanto com o silêncio”. Nós não podemos deixar que, no Brasil, a verdade se corrompa com o silêncio.

Com isso, entrecruza discursos pertencentes a campos discursivos diferentes, para explicitar seu ponto de vista traduzido pelo argumento favorável a seu ato. Ao trazer a voz de outro, pertencente ao campo filosófico, pela citação direta, o enunciador promove certo distanciamento da ação realizada com a promulgação do projeto de lei de acesso às informações, gerando, desse modo, um fato externo ao discurso, sendo-lhe recurso favorável.

Nessa composição de interdiscursividade, o enunciador escolhe um recorte do discurso do filósofo Cícero, usando-o com competência discursiva para legitimar seu próprio discurso. Tal competência está calcada na confiança de que os co-enunciadores possuam o mesmo conhecimento de mundo, a mesma lembrança das referências conceituais, a mesma memória, seja discursiva, seja histórica, evidenciando a exploração de conhecimento enciclopédico, compartilhado entre enunciador e co-enunciadores.

Neste sentido, a citação direta em um discurso serve para legitimar a autoridade do enunciador no interior da FD, a qual também é legitimada pela própria citação. Essa dupla função estabelece o diálogo entre os conceitos e as ideias defendidas dentro de qualquer discurso. É desse modo que o interdiscurso, ao dialogar com os diversos espaços discursivos, se configura elemento relevante na construção da imagem de si para qualquer enunciador.

Considerações finais

A partir das noções de interdiscurso e de *ethos* discursivo, pudemos compreender a mobilização da memória discursiva ao longo do discurso proferido por Dilma Rousseff, funcionando ao modo de *arquivo linguístico e histórico*. Os enunciados formam uma espécie de ideias que transitam nos acontecimentos do presente e do passado, auxiliando na construção do *ethos* do enunciador.

O propósito desse estudo foi examinar os efeitos de sentido provocados pelo entrelaçamento dos elementos de *memória externa* (as ocorrências do período da ditadura militar), filiados às FDs do passado e pertencentes a enunciados de outros campos discursivos ligados à história do país, com os elementos constituídos de *memória interna*, criados pelas remissões internas e pela escolha seletiva da dêixis discursiva. Tal ação evidenciou as multifacetadas do *ethos* discursivo, que transitam

livremente na linha do tempo, ora remetendo os co-enunciadores ao passado histórico, ora ao presente no qual o enunciador se posiciona com autoridade pela função investida de presidente do país.

Da interação enunciador-co-enunciador origina-se um tom discursivo, que Maingueneau (1997, p. 46) relaciona a uma certa voz que emerge de determinado campo discursivo, sendo possível de identificá-lo pelas FDs, por meio do estatuto do enunciador e dos co-enunciadores, podendo ser classificado conforme as características do grupo social a qual pertence o sujeito do discurso.

O modo de enunciação e o modo de dizer da presidente brasileira estão estreitamente relacionados a um tom ou a uma voz que, por sua vez, está ligado à relação do enunciador com o co-enunciador, produtora da imagem do enunciador. Esse tom atribui ao discurso uma forma ou modelagem perceptiva reveladora de caráter e corporalidade do enunciador, constituindo a própria voz do enunciador, estruturadora da discursividade.

Portanto, a forma de o enunciador construir seu *ethos* emerge da convergência e da conjugação de vários ingredientes apresentados neste estudo: a maneira de dizer do enunciador; os elementos mobilizados e entrelaçados da *memória discursiva interna e externa* ao discurso, envolvendo diferentes campos discursivos; e o *tom discursivo* adotado para se referir ao co-enunciador, criando uma corporalidade específica característica de seu propósito, que emerge do discurso, e que é provocado pelo enunciador nas escolhas que faz de seu modo de dizer.

Referências

AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem – a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. 304 p. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. Coleção Universidade de Bolso. São Paulo: Ediouro, s/d.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Heterogeneidades enunciativas*. In: Cadernos de Estudos linguísticos, 19. Campinas, IEL. 1990.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

- CHARADEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. Cap. 1. In: *As emoções no discurso*. MENDES, Emilia; MACHADO, Ida Lúcia (orgs.). vol. II. Campinas: Mercado de Letras, 2010.
- _____. *Discurso Político*. Trad. de Dilson F. da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2011.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública*. Trad. Nilton Milanez, Carlos Piovezan Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *L'Archéologie du Savoir*. Paris: Gallimard, 2010 [1969].
- _____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Unicamp, Pontes, 1997.
- _____. Analisando discursos constituintes. *Revista GELNE*, v. 2, n. 2, 2000.
- _____. *Análise de Textos de Comunicação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. *Termos chaves da análise do discurso*. Trad. Márcio V. Barbosa e Maria Emília A. Torres Lima. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- _____. Formação discursiva, unidades tópicas e não-tópicas. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João, 2007.
- _____. A análise do discurso e suas fronteiras. *Revista Matraca*. v. 14., n. 20, Rio de Janeiro, jan. / jun. 2007b.
- _____. *Gênese dos Discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1995].
- _____. *Cenas da enunciação*. Org. Sírio Possenti, Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola, 2008a.
- _____. A propósito do *ethos*. In MOTTA, Ana Raquel & SALGADO, Luciana. *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008b.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. de Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: Pontes, 1990.
- _____. *Semântica e discurso*. Trad. De Eni Puccinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, Silvana Mabel Serrani. 3ª ed. Campinas: UNICAMP, 1997.
- POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso*. Curitiba: Criar, 2002.

_____. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística – fundamentos epistemológicos*. Vol. 3, 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SITES

CHARAUDEAU, Patrick. Pathos et discours politique. In RINN, M. (coord.) *Émotions et discours. L'usage des passions dans la langue*, Presses universitaires de Rennes, 2008a. Disponível em <<http://www.patrick-charaudeau.com/Pathos-et-discours-politique.html>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

COURTINE, Jean-Jacques. *Intericonicidade*. Sorbonne Nouvelle, Paris III, em 2005. Entrevista concedida por Jean-Jacques Courtine a Nilton Milanez, publicada *on line* em 03 jun. 2009. Disponível em: <<http://grudiocorpo.blogspot.com.br/2009/06/intericonicidade-entrevista-com-jean.html>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

JORNAL FLORIPA. *Leia a íntegra do discurso de Dilma na Comissão da Verdade*. Disponível em: <<http://www.jornalfloripa.com.br/politica/index1.php?pg=verjornalfloripa&id=3720>>, Acesso em: 23 mai. 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. Scénographie épistolaire. Artigo publicado na página personalizada do autor. In: _____. *La lettre entre réel et fiction*. J. Siess éd., Paris, Sedes, 1998. Disponível em: <<http://dominique.maingueneau.pagesperso-orange.fr/-contents3.html>>. Acesso em: 27 fev. 2013.